

Organizadores:

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Diálogos sobre a Ditadura

Série
Território
Científico

SER
TÃO
CULT

Organizadores:

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Diálogos sobre a Ditadura



Sobral-CE

2021



Diálogos sobre a Ditadura

© 2021 copyright by Editora Sertãoocult
Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de História

Carlos Augusto Pereira dos Santos
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valeria Aparecida Alves
Raimundo Alves de Araújo
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Telma Bessa Sales
Juliana Magalhães Linhares
Cicero João da Costa Filho
Regina Celi Fonseca Raick
Andréia Rodrigues de Andrade

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

D536 Diálogos sobre a ditadura. / Antonio Jerfson Lins de Freitas,
João Teófilo, Viviane Prado Bezerra. (Organizadores.). –
Sobral, CE: Sertão Cult, 2021.

244p.

ISBN: 978-65-87429-89-2 - e-book - pdf

ISBN: 978-65-87429-90-8 - papel

Doi: 10.35260/87429892-2021

1. Ditadura- Brasil. 2. Fontes históricas. 3. História-
Passado. 4. Pesquisa histórica. I. Freitas, Antonio
Jerfson Lins de. II. Teófilo, João. III. Bezerra,
Viviane Prado. IV. Título.

CDD 981.063
907.2



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

Organizadores

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2007) e em História - Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2019). Está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

João Teófilo

Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também atua como pesquisador do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP). Foi pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV-SP. Suas pesquisas concentram-se em questões relacionadas ao golpe de 1964 e à ditadura militar, abordando temas como cultura política, imprensa, memória e Justiça de Transição. Foi um dos organizadores da coletânea “A ditadura civil- militar em Sobral: aliança, ‘subversão’ e repressão” (2017) e é autor do livro “Nem tudo era censura: imprensa, Ceará e ditadura militar” (2019).

Viviane Prado Bezerra

Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Dinter UFF/URCA). Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em Movimentos Sociais, Camponeses, História das Mulheres, História Oral e História da Educação.

Os entrevistadores

Alexander da Silva Braz é graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e integra, também, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Ana Marília Carneiro é pós-doutoranda em História pelo programa CAPES Print/UFMG. É doutora e mestre em História pela UFMG e pesquisadora do Laboratório de História do Tempo Presente da UFMG (LHTP/UFMG) e da HuManas: pesquisadoras em rede.

Carolina Maria Abreu Maciel é doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), onde pesquisa a formação da Juventude integrante da Pastoral da Juventude do Meio Popular, entre as décadas de 1980 e 1990. É licenciada em história pela mesma instituição e mestre pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Entre os anos de 2010 a 2012 estagiou na Associação 64/68 - Anistia. Desde 2012 é pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas História e Documento: Reflexões sobre fontes históricas - GEPHD. Em 2019, passou a integrar o Grupo de Estudos e pesquisas de História e Gênero. Entre os anos de 2013 e 2014 foi membro da Comissão Interinstitucional da Verdade das Universidades Públicas UFC/UECE.

Edilberto Florêncio dos Santos é Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Especialista em Ensino de História do Ceará e em Gestão Cultural Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Professor Efetivo da Rede Municipal de Educação de Sobral-CE e professor substituto do Curso de História da UVA. É Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória da Universidade Federal do Ceará-UFC e do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Cidades e outras Artes-UVA.

Gilberto Gilvan Souza Oliveira é doutorando em História Social (PPGH-UFC), é mestre e graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Atuou como educador no núcleo educativo do Museu do Ceará (2013-2014). Atualmente é professor temporário do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral/CE) e desenvolve pesquisas em torno da história do livro, da leitura e da produção editorial.

José Valdenir Rabelo Filho é Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: regimes autoritários, memória, história oral e ensino de história.

Jucelio Regis da Costa é graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (2010). Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2015). Doutorando em História, vinculado à linha de pesquisa Relações de Poder, Linguagem e História Intelectual, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Docente da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, campus da Universidade Estadual do Ceará - UECE, na cidade de Limoeiro do Norte, no setor Metodologias de Ensino de História e Geografia, História da Educação Geral e Brasileira; Legislação e Organização da Educação Brasileira. Atuou como professor formador e tutor no Curso de História na modalidade EaD, pela UECE. Desenvolve estudos sobre imprensa, ditadura civil-militar e sociedade; História e Memória da Ditadura Brasileira. Atualmente leciona no setor de ensino de História e Geografia, em Iguatu-CE, na FECLI/UECE.

Lucas Pedretti Lima é doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Mestre em História Social da Cultura (2018) e graduado em História (2015) pela PUC-Rio. Integra o Núcleo de Memória e Direitos Humanos do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE/UFRJ). Foi pesquisador do Instituto de Estudos de Religião (ISER). Foi estagiário da Comissão Estadual da Verdade do Rio, sendo efetivado como assessor em julho de 2015. Foi assessor da Coordenadoria Estadual por Memória e Verdade de janeiro de 2016 a agosto de 2017. Colaborou com o projeto de pesquisa “Políticas Públicas de Memória para o Estado do Rio de Janeiro: pesquisas e ferramentas para a não-repetição”, do Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio.

Marina Mesquita Camisasca é doutoranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com mestrado (2009) e graduação (2005) na mesma instituição. É pesquisadora do Núcleo de História Oral (NHO) e do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP), ambos da UFMG. Possui experiência em história institucional e empresarial trabalhando na redação e editoração de livros, organização de arquivos, centros de memória e exposições. Realiza pesquisa na área de História Agrária, História do Brasil Republicano e História da Ditadura Militar.

Rafael Júnior dos Santos é graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2016), mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2019). Atualmente é professor efetivo da Rede Municipal de Sobral. Participou do Programa de Educação Tutorial-PET (MEC/SeSu) de 2013 a 2016. Pesquisador do Grupo de Pesquisa História e Cultura Política, da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Participa do Grupo de Pesquisa História e documentos: reflexões sobre fontes históricas, da Universidade Federal do Ceará-UFC. Tem experiência de pesquisa na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura política, memória, discurso, Ditadura.

Telma Bessa Sales é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), com mestrado (2000) e doutorado (2006) em História pela mesma instituição e pós doutorado na Universidade de Évora - Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, história oral e reestruturação produtiva. Fez estágio na Universidade La Sapienza (Roma) sob orientação do professor Alessandro Portelli. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Ceará (ICOMOS-CE) e professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2011, onde é líder do Grupo de Pesquisa de História Oral.

Vera Lúcia Silva é doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e tem mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É bolsista da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Publicou, junta a Ana Selma Silva de Aguiar, o livro “Um oásis dos menos favorecidos da sorte”: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE, 1962-1979.

Prefácio

Nas duas últimas décadas, aumentou consideravelmente o número de pesquisas sobre o período autoritário de duas décadas iniciado como o Golpe de 1964, no qual os militares estiveram no centro e no controle do poder político no Brasil. Além desse crescimento, houve um notável alargamento do conjunto de temas investigados. Novas abordagens, novos objetos e novos problemas somaram-se aos trabalhos mais antigos, marcados principalmente pela busca de se compreender a dinâmica política do período. Em particular, destaca-se a preocupação em integrar uma dimensão cultural ao acervo anterior de pesquisas.

Falta ainda, contudo, refletir mais sobre esse conjunto de estudos, num exercício de auto reflexividade da parte da própria comunidade de pesquisadores. Este livro vem, em boa hora, contribuir para reduzir esse déficit. Destaco três de suas qualidades. Uma, de não restringir a seleção dos entrevistados a pesquisadores do triângulo Rio – São Paulo – Belo Horizonte. Outra, a de incluir pessoas de diferentes gerações acadêmicas. Finalmente, o foco nas trajetórias de pesquisa dos entrevistados, com suas opções, apostas e acasos.

Aparecem, ao longo das entrevistas, importantes reflexões sobre diferentes dimensões desse conjunto de experiências de pesquisa. Elas vão desde a natureza das fontes disponíveis, incluindo questões relacionadas ao seu acesso, até discussões mais gerais sobre conceitos utilizados na análise, passando pelas configurações mutáveis da memória sobre o período. Ganham também destaque, nas entrevistas, os desafios de se fazer uma história tanto do “tempo presente” quanto uma “história pública”, imersas nos debates contemporâneos. Tudo isso, num terreno minado pela

“pós-verdade”, pelas *fake news*, por negacionismos de várias ordens e pela dinâmica vertiginosa das redes sociais.

Mais do que a narrativa de produtos acabados de diferentes pesquisas, que aparecem melhor em livros e artigos acadêmicos, pode-se nessas entrevistas acompanhar o processo de “artesanato intelectual” em ação, de que fala Wright Mills. Nesse sentido, o livro certamente servirá de inspiração a jovens pesquisadores que se dedicam (ou que se dedicarão) ao tema.

Celso Castro

Professor, FGV CPDOC

A série Território Científico

O ato da escrita é um ato solitário, mas antes dele se concretizar, o autor precisa colecionar experiências, conhecimento, compartilhar ideias, trocar vivências com outras pessoas, ouvir novas histórias, enfim, ser impactado pelo convívio social, por aquilo que só é possível ser construído coletivamente.

E é exatamente a capacidade de nos conectarmos fisicamente que, embora já viesse sofrendo declínio nos últimos anos, foi mais afetada pelo atual cenário de pandemia no qual estamos inseridos. A Covid-19, além de uma ameaça real à vida das pessoas, levou ao extremo o processo de distanciamento que já experimentávamos. Ficar longe deixou de ser apenas um reflexo da rotina acelerada destas primeiras décadas do novo milênio. Graças ao vírus, tornou-se questão de sobrevivência.

O isolamento atingiu todos os aspectos da vida humana, e a produção do conhecimento científico não foi menos afetada, ainda mais em um país no qual atualmente essa produção já vinha sendo alvo de constantes ataques e aqueles que se dedicam a ela são encarados quase como inimigos do Estado. Nesse cenário, torna-se mais do que pertinente, mas necessário que todos aqueles que acreditam na educação, na ciência, no conhecimento se unam e abracem projetos que busquem aproximar essa produção e o público em geral.

Assim nasceu o *Território Científico*, uma iniciativa que visa não apenas aproximar renomados pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento entre si, mas possibilitar que compartilhem suas trajetórias, dificuldades e experiências com aqueles que escolherem seguir seus passos.

Com isso em mente, a *Editores SertãoCult* apresentou aos membros de seu conselho editorial a proposta de juntos promovermos uma série de

diálogos com pesquisadores que são referência em suas áreas de atuação, nos quais fazem um pequeno apanhado de suas trajetórias. Cada conjunto de diálogos ao final são transcritos e editados, compondo livros distribuídos gratuitamente no formato digital e oferecidos à venda em formato físico.

A série tem início com este volume, dedicado a um tema tão relevante, especialmente em nossa atual conjuntura político-social: a ditadura civil-militar. Nessa perspectiva, onze grandes historiadores que se dedicam a esta temática nos honraram ao aceitar contribuir com este projeto, dialogando com outros historiadores igualmente talentosos, nos brindando, nas próximas páginas, com uma verdadeira aula de como pesquisar um período tão sensível da história brasileira.

Não poderíamos estar mais orgulhosos do resultado deste esforço conjunto, que nos estimula a seguirmos empenhados em nossa defesa incondicional da ciência.

Obrigado a todos que ajudaram neste primeiro passo da *Série Território Científico*!

Que venham os próximos volumes!

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Marco Antonio Machado

Coordenadores da Série Território Científico

Apresentação

A temática da ditadura militar brasileira passou por importante expansão nos últimos anos em relação às pesquisas desenvolvidas. É certo que por longo tempo ficou restrita a outras áreas, como a sociologia e a ciência política, e apenas posteriormente os historiadores resolveram tomá-lo como objeto de estudo. Há algumas razões para isso, dentre as quais destacamos certa resistência na área de história em pesquisar temas próximos a nós no tempo, além da dificuldade de acesso às fontes. Atualmente, esse cenário é diferente: a história do tempo presente/história recente é uma área em expansão no Brasil e muitos fundos documentais ligados ao Estado repressivo, por exemplo, estão acessíveis aos pesquisadores, alguns dos quais ainda pouco explorados.

Iniciar uma nova pesquisa representa grande desafio, sobretudo para aqueles iniciantes que, ao final de seus cursos de graduação, precisam encontrar um tema/objeto que venha a se transformar em suas monografias, em seus trabalhos de conclusão de curso. Logo, muitas são as dúvidas e inseguranças. Saber por onde começar é uma questão difícil; após começar, as dúvidas continuam ao longo da pesquisa. É algo intrínseco ao processo e, claro, também faz parte da vida de pesquisadores mais experientes.

O contato com a obra de historiadores e historiadoras que pesquisam ditadura nos põe diante de um universo complexo que ainda tem muito para ser estudado, apesar dos avanços recentes. Ocorre que nem sempre o percurso de pesquisa está visível nesses trabalhos. E mais: as questões que antecedem a produção desses estudos, mas também que acompanham a escrita, nem sempre estão perceptíveis. A menos que conversemos com essas pessoas, ficará difícil saber detalhes do que poderíamos chamar de bastidores da pesquisa ou *behind the scenes*.

Este trabalho que agora apresentamos, através de entrevistas com historiadores e historiadoras, traz vários elementos desses bastidores e nos põe em contato com seres humanos, de carne e osso, que tiveram suas inquietações, dúvidas, mostrando que seus caminhos quase nunca são lineares. Eles nos põem em contato também com seus processos de formação e com as questões que permearam suas principais pesquisas. Trata-se de material de grande utilidade, que poderá servir de inspiração, de guia, para aqueles que desejam iniciar na área ou melhor conhecer suas especificidades.

Na escolha dos convidados, preocupou-nos não apenas selecionar pesquisadores com trajetórias e formações diferenciadas - de modo a incorporar ao trabalho experiências que, fugindo dos meios tradicionais de atuação, contemplam o uso de novas ferramentas para a produção e divulgação do conhecimento histórico, a exemplo da Internet. Mas, buscamos diversificar, dentro das possibilidades, seus lugares de atuação, contemplando profissionais de outras regiões do país que não apenas o Sudeste. Além disso, e não menos importante, buscamos elaborar um trabalho equilibrado do ponto de vista de gênero, pois sabemos das invisibilidades que também estão presentes no mundo acadêmico, nem sempre dando a devida atenção que merece ter as pesquisas feitas por mulheres.

Juntou-se a nós nesta empreitada um time de entrevistadores cuja escolha também se pautou pelas questões anteriormente colocadas. Conhecedor dos trabalhos e trajetórias de seus entrevistados, esse time contemplou nas perguntas questões essenciais que ajudam a evidenciar os propósitos deste projeto, abordando temas de pesquisa, mas também trajetórias, uma vez que essas duas dimensões guardam entre si grande proximidade, havendo, em alguns casos, uma mútua influência. Noutras palavras, entrevistadores e entrevistados trilham um caminho que mostra ao leitor que as escolhas de temas e objetos de pesquisa também derivam de histórias de vida, sendo um processo permeado por subjetividades, por questões pessoais.

Diante do contexto de produção deste livro, marcado por discursos que buscam negar ou relativizar a ditadura militar, entendemos que o conhecimento histórico é importante antídoto. Esperamos, pois, que nosso esforço possa servir de inspiração para trazer para nosso campo de atuação novos nomes. E mais: que aqueles que tenham interesse no tema, mas sem ne-

cessariamente desejar ingressar na área, possam vislumbrar que a construção do conhecimento histórico é baseada em método, em erudição, em consulta a fontes, em crítica documental. O historiador trilha com seriedade um longo caminho até chegar às suas conclusões. Pode parecer óbvio, mas não custa reforçar: história não é opinião.

Ao encerrar esta apresentação, não poderíamos deixar de agradecer a todos aqueles que tornaram este projeto possível, em especial nossas entrevistadoras, entrevistadores, entrevistadas e entrevistados, e à Editora SertãoCult, que fez o convite e nos confiou a importante missão de tornar real algo dessa magnitude.

Jerfson Lins

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Organizadores

Sumário

Ana Rita Fonteles Duarte.....	18	Doi: 10.35260/87429892p.18-37.2021
Carlos Fico.....	38	Doi: 10.35260/87429892p.38-57.2021
Caroline Bauer.....	58	Doi: 10.35260/87429892p.58-80.2021
Aírton de Farias.....	82	Doi: 10.35260/87429892p.81-102.2021
Edvanir Maia da Silveira.....	104	Doi: 10.35260/87429892p.104-126.2021
Marcos Napolitano.....	128	Doi: 10.35260/87429892p.128-142.2021
Samantha Viz Quadrat.....	144	Doi: 10.35260/87429892p.144-165.2021
Paulo César Gomes.....	166	Doi: 10.35260/87429892p.166-181.2021
Sônia Maria de Meneses Silva.....	182	Doi: 10.35260/87429892p.182-202.2021
Rodrigo Patto Sá Motta.....	204	Doi: 10.35260/87429892p.204-223.2021
Valéria Aparecida Alves.....	224	Doi: 10.35260/87429892p.224-242.2021



Edvanir Maia da Silveira é graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará (1997), mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2013) e Pós-Doutora pela Universidade Federal do Ceará (2018). É professora Adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, foi tutora do Programa de Educação Tutorial (PET - História) e diretora do Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS) da UVA, entre 2014 e 2017. Foi coordenadora do curso de História da UVA entre 2018 e 2021. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: história, cidade e cultura política.

Edvanir Maia da Silveira

Edilberto Florêncio dos Santos
Rafael Júnior dos Santos

[...] a história não é feita apenas pelos outros, os de longe, os de fora, mas ela é construída todos os dias, na minha história de vida, na minha família, nas escolhas que nós fazemos, na forma como nos socializamos. Nós fazemos histórias, nós construímos a História.

Território Científico (TC): Para começarmos esta conversa, pedimos que a professora fale um pouco sobre a sua experiência pessoal no seu campo de atuação e sobre a sua trajetória acadêmica.

Edvanir Maia: Eu queria começar falando que quase sempre a nossa formação tem muito a ver com a nossa própria história de vida. A política, de algum modo, faz parte de toda a história da minha vida. Na infância, morando no Município de Tabuleiro do Norte, os meus pais e toda a minha família participavam de movimentos sociais. Associação de moradores, sindicato de trabalhadores rurais, pastoral de juventude. E lembro que ainda criança nós criamos um clube mirim. Um grupo de crianças que no fim de semana ministrava aula de reforço para outras crianças, e promovia atividades de lazer nessa comunidade onde eu nasci, que é a Gangorrinha. Então, essa participação nos movimentos sociais despertou desde cedo esse interesse pelos problemas brasileiros e, portanto, pela vida política.

A escolha do curso de História tem a ver com isso. Na graduação, eu era do PET, à época, Programa de Educação Tutorial. O meu primeiro ensaio de pesquisa já aparece aí, que é um trabalho biblio-

gráfico sobre a Guerra de Canudos. Na minha monografia eu vou discutir um tema que era muito pertinente, ainda era um tema do tempo presente naquele momento. Quando eu morava ali no Vale do Jaguaribe, estava em evidência a história da construção da Barragem do Castanhão, que desalojaria a população de Jaguaribara. Uma cidade inteira seria inundada e essa população precisava ir para outro lugar. Então, a luta daquela população contra esse projeto me chamou a atenção e esse foi o tema da minha monografia.¹ Como bolsista PET, a gente participou de um evento na Universidade Estadual Paulista, na UNESP de Franca. Na oportunidade, conheci o Programa de Pós-graduação deles, com Área de Concentração em História Política e resolvi me inscrever para tentar o mestrado lá. A minha Dissertação de Mestrado ainda é sobre essa luta dos moradores de Jaguaribara, mas já numa esfera mais aprofundada.² O meu doutorado é no Programa de Pós-Graduação na área de História Política, História e Cultura Política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. É só a partir do meu doutorado³ que me dedico à temática da Ditadura.

No meu último trabalho, que é o Relatório de Pós-Doutorado,⁴ defendido recentemente na UFC, continuo explorando a ditadura, mas digamos assim, afinando para os partidos políticos. No Relatório discuto o Bipartidarismo: ARENA⁵ e o MDB⁶, e como ele se apresenta aqui em Sobral e na região. Existem muitos elementos que ainda precisam ser trabalhados sobre a ditadura, e a questão dos partidos políticos é um deles. Esses foram os meus principais trabalhos, e

1 SILVEIRA, Edvanir Maia da. **Conformismo e resistência em Jaguaribara**: relatos da história das lutas em torno do projeto do açude Castanhão (1985-1995). Monografia – Universidade Estadual do Ceará. Limoeiro do Norte-CE, 1998.

2 SILVEIRA, Edvanir Maia da. **Naufrágio de uma Cidade**: história da resistência da população da cidade de Jaguaribara-CE à sua submersão pela construção da barragem do Castanhão (1985-1986). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Franca-SP, 2000.

3 SILVEIRA, Edvanir Maia. **Três décadas de Prado e Barreto: a política municipal em Sobral, do Golpe à Nova República (1963-96)**. 2013. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2013.

4 SILVEIRA, Edvanir Maia da. **O Bipartidarismo na Zona Norte Cearense**. Relatório (Pós-doutorado) – Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em História. Fortaleza: UFC, 2018.

5 Aliança Renovadora Nacional.

6 Movimento Democrático Brasileiro.

eles já estão praticamente todos publicados em forma de artigos.⁷ O mais conhecido foi o que saiu no livro *“A ditadura civil-militar em Sobral”*,⁸ que é uma coletânea de textos meus e de outros colegas que também pesquisam a ditadura aqui em Sobral, e que tem sido uma referência muito importante, porque é uma primeira publicação sobre essa temática da ditadura aqui na região.

TC: Professora Edvanir, na sequência, gostaríamos que você fizesse um pouco da sua tese sobre a ditadura em Sobral, para que possamos entender um pouco mais como a sua pesquisa se construiu, o uso das fontes e a metodologia.

Edvanir Maia: O tema da ditadura em Sobral me veio da experiência como professora do curso de História da UVA. Ao longo dessa trajetória, eu percebi que vários orientandos e outros estudantes escolhiam como tema de monografia da história política de Sobral, o período do Dom José⁹, que vai aí até a década de 1950, e o período dos Ferreiras Gomes¹⁰, que começa a partir dos anos de 1990. Então, havia uma lacuna muito evidente nesse período aí de 1960 até 1990, que é exatamente o período da ditadura. E, isso me instigou a pensar: *“Por que as pessoas não escrevem sobre esse período? O que aconteceu?”* E é exatamente o período da ditadura, que é inevitável ser discutido. Não dá para você falar da ditadura em lugar nenhum desse país e dizer que não aconteceu nada nesse período. Nem que seja pelas próprias condições do que foi a época, dá para sinalizar alguma coisa na história desse período, e isso não aparecia. O Herbert Rocha, que é arquiteto que tem um livro sobre Sobral,¹¹ em um dos capítulos chama esse período - de 1960 até começo de 1990 - de *“Uma noite de cinquenta anos”*, que é esse período

7 A título de exemplo, destacamos SILVEIRA, Edvanir Maia da. A Aliança Desenvolvimentista. In: SILVA, João Batista Teófilo (Org.). **A Ditadura civil-militar em Sobral-CE** - aliança, “subversão” e repressão. Sobral-CE: Edições UVA/SertãoCult, 2017, p.11-43.

8 SILVEIRA, Edvanir Maia da; SILVA, João Batista Teófilo (Orgs.). **A ditadura civil-militar em Sobral-CE** – aliança, “subversão” e repressão. Sobral-CE: Edições UVA/SertãoCult, 2017.

9 Dom José Tupinambá da Frota (1882-1959) foi o primeiro bispo de Sobral e o segundo bispo de Uberaba.

10 Família que lidera um grupo político hegemônico no cenário cearense e de destaque nacional, especialmente com a atuação dos irmãos Ciro e Cid Ferreira Gomes.

11 ROCHA, Herbert. **O Lado Esquerdo do Rio**. São Paulo: Hucitec: Secretaria de Desenvolvimento da Cultura e do Turismo; Sobral: Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia, 2003.

em que estiveram na administração municipal os grupos políticos da ARENA e do MDB, pelo menos na maior parte do tempo. Comecei o meu estudo explorando a cidade no sentido mais amplo, e busquei fotografias com colecionadores locais. Um desses colecionadores me disse: *“Professora, infelizmente quase não tem foto desse período, porque foi uma época tão difícil, tão ‘negra’, que nem fotos as pessoas tiravam da cidade.”* Então, isso foi me instigando a entender o que acontecia nesse momento.

Embora fizesse referência à ditadura, as pessoas não discutiam o tema e tratavam apenas como um período de atraso para a história dessa cidade. Foi aí que comecei a mapear essas fontes para entender o que foi que aconteceu em Sobral nesse período. Eu percebi, em linhas gerais, que a gestão municipal foi revezada entre esses dois grupos políticos, Prado e Barreto. Os Ferreira Gomes também aparecem nesse contexto, inicialmente, aliados aos Prado e depois criando a sua própria facção. Todos esses grupos foram da ARENA, que se dividiu em várias facções. Foi muito difícil juntar tantos grupos no mesmo partido. A partir de 1965, temos a criação do bipartidarismo, uma estratégia do regime, que o tempo inteiro se colocou como revolução. A ideia de revolução é sempre uma ideia positiva, de construção de um tempo novo, muito diferente do que se tinha. Assim, essa ideia de revolução estava muito presente e essa fachada democrática era muito importante. Antes dessa alteração, havia treze partidos, os mais conhecidos eram a UDN¹², o PTB¹³ e o PSD¹⁴. E aí esses partidos foram reduzidos a apenas dois: um partido que deveria representar o governo e um partido que representaria a oposição.

A ideia de manter um partido de oposição era exatamente para almentar essa fachada democrática. *“Olha, tá vendo? Nós não somos autoritários. Nós estamos até criando aqui um partido para a oposição.”* E olha que foi tão difícil criar o MDB, que inclusive gente ligada ao governo foi convidada a entrar na legenda do MDB para que assim fosse possível a criação oficial do partido, porque não tinha gente para ir para o MDB; as pessoas que efetivamente eram contra o regime não

12 União Democrática Nacional.

13 Partido Trabalhista Brasileiro.

14 Partido Social Democrático.

viam no MDB um espaço de oposição. E as pessoas que apoiavam o Governo ficariam na ARENA. Mas essa convivência foi muito difícil numa única agremiação, porque havia muitas divergências na esfera local. Isso aconteceu no Ceará e também em Sobral. A consequência foi a divisão dos partidos em sublegendas. Tinha lugares onde havia três sublegendas na ARENA. ARENA1, 2 e 3, e Sobral foi um deles. Então essas sublegendas, foi esse jeito das elites que na esfera local eram inimigas, se juntarem em um grupo que representava o apoio ao governo. Na prática, isso não significava necessariamente que ser da ARENA ou do MDB era ser a favor ou contra o regime, porque em muitos lugares, ser do MDB era também ser a favor do regime, como em outros lugares, ser da ARENA não garantia privilégios junto ao governo. E do mesmo modo, arenistas e emedebistas também foram ou protegidos ou perseguidos pelo regime. Nós temos registros disso em vários lugares do Brasil. Infelizmente, temos pouquíssimos estudos sobre a história dos partidos políticos. Esse tem sido ainda um tema prioritariamente dos cientistas políticos, dos sociólogos. Mas nós historiadores precisamos enveredar por esse campo. O bipartidarismo é sim uma temática muito rica que pode ser aprofundada.

No caso de Sobral, eu percebi que durante todo o regime militar esses grupos que permaneceram no poder eram efetivamente grupos ligados à ARENA. A repercussão do milagre econômico, que embora não tenha dividido renda, fez o país crescer naquele momento. Então, esses recursos chegaram a Sobral, montando uma infraestrutura muito importante, até hoje, para a cidade. Grandes empresas que ainda são fundamentais para a economia da cidade surgiram nesse período. Esse apoio ao regime foi fundamental para que a cidade crescesse. Foram feitos grandes investimentos e, em Sobral, esses grupos ligados à ditadura duraram mais tempo no poder do que em outros lugares do Ceará, do que em Fortaleza, por exemplo. Em todos os lugares do Brasil, a ditadura terminou oficialmente em 1985, mas em Sobral, esse grupo ficou no poder até 1994. Efetivamente, só a partir de 1996 é que esses dois grupos que estavam se revezando saem do poder, e um outro grupo que ainda era herdeiro dessa ditadura, que são os Ferreira Gomes, entra em cena. Mas eles entram em cena com outros discursos. Eles conseguem se adaptar aos novos tempos, com o discurso

da Nova República, que permite que esse grupo, inclusive, tenha apoio de partidos de esquerda, como na época, foi o caso do PT (Partido dos Trabalhadores) e do PSB (Partido Socialista Brasileiro) aqui em Sobral. Esse apoio foi fundamental para a eleição de Cid Gomes em 1996. Portanto, em Sobral, a ditadura durou mais tempo, contribuindo para a montagem dessa infraestrutura.

TC: No Pós-Doutorado, você acumula o que já foi produzido ao longo da sua vida acadêmica como pesquisadora sobre história política na região noroeste do Ceará, não é isso?

Edvanir Maia: Sobre a ARENA e o MDB especificamente, no meu Pós-Doutorado eu estendi isso para a região. O nosso trabalho de pesquisa tem uma participação muito grande dos nossos orientandos. Na medida em que nós orientamos pessoas que trabalham temáticas parecidas, nós aprendemos muito e socializamos fontes, discussões teóricas, bibliografias, hipóteses. No caso do meu pós-doutorado, que eu discuto o bipartidarismo, tem dois trabalhos de orientandos meus que foram fundamentais: o trabalho do Rafael dos Santos, que discute a atuação de Chagas Vasconcelos do MDB, aqui em Santana do Acaraú,¹⁵ e o trabalho da Luana Ribeiro, que discute a atuação do MDB em Guaraciaba do Norte.¹⁶ Porque foram apenas três Municípios do Ceará que, ao longo de toda a ditadura, todos os prefeitos foram do MDB. Dois aqui nessa região, se não me engano, o terceiro é Aiuaba, que fica no Sul do estado. Aqui na região, que na época era chamada Zona Norte, você tem também liderança importante do MDB em Reriutaba, Uruoca... Em Massapê, efetivamente o MDB não ocupou inicialmente um espaço importante, mas as bases dele constroem mais tarde o PMDB¹⁷. A família Pontes se constituiu num grupo muito sólido. Desse modo, o que se percebe é que o MDB transitou ao longo de toda a sua história, aqui nessa região, entre o lugar de partido de oposição e o de

15 SANTOS, R. J. dos. **Manda Brasa na Arena:** práticas e representações do bipartidarismo em Santana do Acaraú (1966-1979). Sobral, UVA, 2016. (Trabalho de Conclusão de curso).

16 RIBEIRO, Antônia Luana Soares. **“Num era ela todo tempo no poder, mas quem ele candidatava ganhava!”:** O MDB e a liderança de José Maria Melo em Guaraciaba do Norte-CE (1963-1988). Sobral: UVA, 2017.

17 Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

partido que se acomoda, para usar um conceito do Rodrigo Patto,¹⁸ que se adapta àquela situação para poder continuar se mantendo no poder. Talvez os casos de Santana da Acaraú e Guaraciaba do Norte sejam esse segundo exemplo. Embora esses dois líderes, José Maria Melo, em Guaraciaba, e Chagas Vasconcelos, em Santana do Acaraú, sejam referências importantes do partido, não há no histórico deles indícios de que representassem os “autênticos do MDB”. Os “autênticos do MDB” foi um grupo que se construiu, no momento em que o partido - em meados da década de 1970 - começava a ganhar espaço como partido de oposição, ganhando eleições para senadores, em algumas regiões, ganhando da ARENA. Esse grupo de “autênticos” é o grupo que vai ser reconhecido como um povo mais corajoso, aqueles que assumem efetivamente esse lugar do MDB como um partido de oposição.

Chagas Vasconcelos e José Maria Melo se identificam melhor com esse MDB moderado, que se acomoda, que se ajusta, eles não compram briga com o regime, não aparecem nas lutas da campanha das Diretas e outras lutas importantes pelo fim da ditadura, mas de algum modo, o fato de terem sido do MDB traz para as biografias deles, ainda hoje, a referência de gente que lutou pela democracia, de políticos que merecem o respeito pela História. Esses são elementos muito importantes que encontrei ao longo da minha pesquisa, que penso ser uma contribuição significativa para a história dos partidos políticos.

TC: Professora, nesse panorama que você fez da sua pesquisa, do seu objeto, qual a importância deste objeto de pesquisa para o campo científico, para a construção do conhecimento histórico?

Edvanir Maia: Bom, tem sido mais ou menos um consenso que a história política brasileira é marcada por paradoxos. Nós somos um país marcado por práticas autoritárias, mas também pelas lutas por democracia. Então, esses dois caminhos bem opostos estão muito presentes na história política deste país. Esses paradoxos são hoje uma pedra basilar para os estudos de história política, e os meus es-

18 Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, a acomodação é uma característica da cultura política brasileira. Segundo Motta, “aspecto importante da acomodação é que ela envolve dois campos, ou dois lados, em um jogo de concessões mútuas. Para o jogo funcionar há que existir uma via de mão dupla, embora quase sempre se trate de situações de poder assimétricas”. Ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Revista Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, p. 109-137, 2018.

todos têm ido nesse caminho. Mas, o que eu acho que é fundamental na minha contribuição é trazer essa discussão para a esfera local. A minha meta, e o que tenho incentivado todos os dias para os estudantes, para os jovens pesquisadores de modo geral, e para meus orientandos é: comecem do seu local. Muitas dessas obras, das teorias sobre a história do Brasil, elas se inspiram quase sempre na história dos grandes centros. E essa história pode ganhar uma compreensão muito diferente se a gente começar a construir as histórias locais, as histórias dos pequenos municípios. Tem um tema mais pesquisado do que a história da ditadura? Entretanto, na maioria dos nossos municípios ainda não tem nenhum trabalho discutindo sobre isso. Essa é uma coisa que tenho incentivado muito. Entender como é que isso acontece aqui em Sobral, lá em Santana, em Tabuleiro, em Tianguá, no Crato... Nos quatro cantos deste estado. Isso pode mudar a história do nosso Estado, por exemplo, e a História do Brasil. A gente pode descobrir que a ditadura foi assim num canto, mas não foi no outro e que, portanto, isso permite novas interpretações. Eu acho que trazer essa discussão dos paradoxos, pensar a história a partir desses paradoxos, é fundamental. Este é o referencial da nova história política.

Durante muito tempo a gente ficou na dicotomia de vencidos e vencedores, e se percebeu que esse campo de análise não dava conta

tem sido mais ou menos um consenso que a história política brasileira é marcada por paradoxos. Nós somos um país marcado por práticas autoritárias, mas também pelas lutas por democracia. Então, esses dois caminhos bem opostos estão muito presentes na história política deste país. Esses paradoxos são hoje uma pedra basilar para os estudos de história política, e os meus estudos têm ido nesse caminho.

da complexidade de entender, por exemplo, esse cara do MDB, que é uma referência do MDB, como partido democrático que lutou contra a ditadura, mas ao mesmo tempo é um cara que, na verdade, só fez se ajustar para sobreviver à ditadura. E aí pensar nessa perspectiva dos paradoxos, que dependendo do lugar em que esse sujeito ocupa, de momentos políticos diferentes, a interpretação pode mudar. E principalmente, pensar uma diversidade de outras fontes, de outros objetos de estu-

do, que até então não eram objetos da história política. Por exemplo, nessas minhas duas pesquisas, o *Correio da Semana* foi uma fonte muito importante para mim, que é um jornal que circula aqui em Sobral desde 1918. Um jornal católico, mas que traz uma diversidade de notícias sobre a cidade. Muitas vezes eu achava uma notinha sobre política, lá no pezinho de página que tinha anúncios de missa ou que tinha classificados. Precisava mesmo ler o jornal todo para achar isso: atas de câmaras, material de campanha eleitoral, hinos de campanhas eleitorais. Eu consegui achar os caras que escreviam, por exemplo, música de campanha de Prado e Barreto aqui em Sobral. Gravaram naquela época um disco compacto das músicas de campanhas do Joaquim Barreto, que foi um dos prefeitos daqui de Sobral nesse período. Esse é um material precioso que muitas vezes não era usado pela história política e que a gente pode trazer. O cordel, a poesia de modo geral. Nesses dois trabalhos, eu tenho achado outras fontes que até então não eram usadas pela historiografia, e principalmente, eu tenho ajudado na organização de acervos, que é uma das nossas grandes dificuldades. Infelizmente, documentos importantes como atas de câmaras, que é um documento oficial e era para ser guardado na Câmara Municipal, entretanto, a maioria das nossas câmaras não têm esses documentos arquivados. Penso que a grande contribuição do meu trabalho é trazer essa discussão dos paradoxos que marcam a história política brasileira, e tentar inclusive ampliar esse estudo da ditadura no Ceará, onde ainda temos poucos trabalhos.

Tem vários municípios que não têm absolutamente nada. Mesmo uma cidade como Sobral, que já é um polo regional, você não consegue. As próprias pessoas que sabem, não querem falar, as fontes que existiam, que poderiam ser usadas foram apagadas, propositalmente. Por exemplo, nós temos artigos no *Correio da Semana* que têm uma mancha exatamente sobre o texto que tratava sobre o integralismo. Você percebe que é uma manipulação mesmo do documento. Arquivos que já estão nas bibliotecas, microfilmados, mas você percebe que foi proposital, que passaram um produto químico em cima daquilo ali. Então, na verdade, a história da República no Ceará, e acho que de outros períodos também, ainda está para ser escrita. Nós já temos muitos trabalhos nas nossas universidades que acho que deveriam

ter mais visibilidade, ainda ficam muito nas bibliotecas, mas acredito que ainda falta muito a ser escrito sobre a história política desse país e, inclusive, da ditadura, que já é um tema mais explorado.

TC: Que dicas você poderia dar para as pesquisadoras e pesquisadores que estão iniciando e que têm interesse de desenvolver pesquisas com essa temática da História Política dentro do período da ditadura militar?

Edvanir Maia: Eu quase sempre digo para os meus orientandos assim: *“Muitas vezes se você perguntar: ‘Como é que foi a ditadura aqui na cidade?’ Tem gente que vai dizer que nem ouviu falar disso. Ou se você disser: ‘Ah, o governo dos militares!’ Eles vão dizer: ‘Também não faço ideia’.*” Há algumas vezes uma leitura ingênua desses jovens pesquisadores, de que *“Ah, professora, é que na verdade essas pessoas moravam na zona rural, era ainda um lugar muito pacato, então essas ideias não chegavam lá, essas informações não chegavam lá.”* Mas aí, quando você começa a dar as pistas do que ela pode perguntar para ajudar essas pessoas a pensarem, aí você percebe que, na verdade, essa ditadura chegou lá, e que essas pessoas perceberam por outros caminhos, não é? Por exemplo, acho que é fundamental começar pelo lugar. Então, as pesquisas devem começar sempre da história do nosso lugar. Comece com a história da sua cidade. Quais foram os principais grupos políticos que atuaram ao longo da história. No caso especificamente da ditadura, por exemplo, buscar as atas de câmara, se elas existirem, digitalizar. Sugerir que os funcionários dessas instituições guardem e organizem esses acervos. Às vezes, eles só precisam de alguém que diga: *“Olha, isso aqui é importante.”* Houve lugar que o diretor da câmara disse assim: *“Olha, a gente não arruma isso aí porque não tem ninguém para arrumar, se você quiser arrumar, é só você me dizer que eu compro as estantes, as luvas, as máscaras, os pincéis para você fazer a limpeza, disponibilizo a sala e você faz isso”* [risos]. Se vocês tiverem tempo, façam isso, organizem os acervos que vocês tiverem acesso, e que as pessoas deixarem vocês arrumarem. Primeiramente, diga logo que você não tem problema com papel velho, porque, às vezes, nem há má vontade das pessoas que trabalham

nas instituições, mas elas acham que porque aqueles documentos estão lá no depósito, que tem rato, barata, poeira, você não vai querer mexer, e por isso dizem que não têm nada.

Nessa temática da ditadura, peça para as pessoas começarem a contar as histórias da sua família. Por exemplo, quais eram os principais partidos que tinham aqui na cidade? Qual partido a sua família costumava apoiar? Como era o comportamento de vocês nas eleições? Vocês iam para o comício, você tem ainda alguma camisa de candidato, foto da época de campanha? As populações rurais gostam muito de guardar coisas. Imaginem, deve ter muita gente que ainda tem aquele “santinho” de candidato das campanhas eleitorais, porque era de um candidato importante, para então achar quem eram essas lideranças. Porque toda família tinha uma participação. Eu costumo dizer que todos nós temos partido, porque mesmo que você não seja filiado oficialmente a um desses grupos, você tem uma posição, você se coloca de um lado na história política do seu município. Portanto, achar qual era o lado de cada grupo. Se quiser, pode até começar pela própria família. *“Mãe, vamos lá, nossa família sempre esteve do lado de qual grupo?”* E aí você vai achando quem eram as lideranças desse grupo, se tem ainda guardado material de campanha, se alguma rádio tem ainda entrevistas gravadas. Hoje há municípios em que cada grupo político tem uma emissora de rádio. Então, gravar entrevista com essas pessoas, pedir para elas contarem. Olha, um trabalho sobre as memórias das campanhas eleitorais - esse é um dos trabalhos que eu pretendo fazer - acho que deve ser um trabalho agradabilíssimo de se fazer! Como eram as campanhas eleitorais? Quais eram as músicas de campanha, a divulgação, o material de propaganda? Talvez até as charges, essas coisas que a imprensa publicava sobre esses grupos.

Muitas vezes essas fontes são mais acessíveis do que a gente imagina, mas a gente não sabe onde procurar, então, pode começar pela história da família, do vizinho, dos amigos. Tentar achar na história da cidade, as principais permanências e as principais mudanças, por exemplo, a família tal ficou vinte anos no poder e depois entrou o outro grupo. O que aconteceu nesse momento aí para esse grupo

cair e entrar esse outro? Que contexto da história do Brasil causa essa saída desse grupo de cena? Por exemplo, se eu quiser entender o período da abertura política, como foi na minha cidade? Que grupo era da ARENA ou do MDB e apoiou a campanha pelas Diretas, por exemplo. Assim, eu trago a história do Brasil para a história do meu município. Isso serve inclusive para sala de aula. Eu posso ir lá na sala de aula, abordar a temática da abertura política, a eleição de Tancredo Neves em 1985, e esse período de abertura etc. Eu posso dar essa aula toda usando materiais do meu município: *“Quem era o prefeito na época? Ele apoiou ou não a campanha pelas diretas? Ele vinha da ARENA ou do MDB? Apoiou a eleição do Tancredo Neves? Aliou-se ao Tasso Jereissati no Ceará? O que o município ganhou com essa aliança?”* Uma outra coisa seria, por exemplo, observar a permanência desses momentos políticos nos monumentos. *“Existem muitos prédios com nomes de pessoas ligadas à ditadura? Tem nomes de ruas assim? Por que que isso acontecia naquela época? Quais eram os grupos que estavam no poder? O que as pessoas acham disso hoje?”* Tudo isso são materiais que você pode usar para a sua pesquisa, que você pode usar na sala de aula, para os alunos entenderem a história do Brasil. Às vezes, a gente busca um caminho tão difícil. É muito comum a gente ouvir, por exemplo, dos professores da educação básica: *“Ah, é muito difícil contar a história da cidade porque não tem nenhum material sistematizado.”* Então, esses materiais podem ser usados para o estudante entender o que foi a ditadura. Isso permite que os estudantes entendam que a história não é feita apenas pelos outros, os de longe, os de fora, mas ela é construída todos os dias, na minha história de vida, na minha família, nas escolhas que nós fazemos, na forma como nos socializamos. Nós fazemos histórias, nós construímos a História. Temas como campanhas eleitorais, observar mudanças e permanências, momentos de conflitos: *“Ah, teve um período que o prefeito tal foi assassinado, ou teve uma mudança, o prefeito foi cassado”*. O que acontecia naquele momento? O que resultou nisso? Como era o desenvolvimento local? Com o milagre econômico, é possível que alguns municípios tenham crescido, embora de modo geral a situação, nos interiores do Brasil, entre a década de sessenta e setenta, era de muita miséria. Tudo

isso são pistas que nos ajudam a construir histórias como a da ditadura, história política de modo geral. Veja que com perguntas dessa natureza você permite que as pessoas percebam que a ditadura chegou no município dela, seja pelos recursos do milagre econômico, seja pela filiação aos partidos políticos ou seja pela repressão. Nós temos histórias de vários municípios aqui. Tem gente no Ipu, Ipueiras, Hidrolândia, Tianguá que foram perseguidos pela ditadura. Então, essas são algumas dicas que eu costumo dar para as pessoas que estão iniciando nessas pesquisas.

Isso permite que os estudantes entendam que a história não é feita apenas pelos outros, os de longe, os de fora, mas ela é construída todos os dias, na minha história de vida, na minha família, nas escolhas que nós fazemos, na forma como nos socializamos. Nós fazemos histórias, nós construímos a História.

TC: Professora, nós historiadores do político sabemos das dificuldades que existem nesta área. A gente advém de um rechaço da história política durante muito tempo, e que mudou a partir da segunda metade do século XX, com novas pesquisas, novos objetos surgindo a partir da renovação da história política. Quais dificuldades você elencaria como principais no seu campo de atuação?

Edvanir Maia: Olha, de modo geral, a política virou uma paixão nacional, como lembrou o Edilberto [Florêncio] um dia desses. É um tema delicado, porque cada um tem a sua própria posição. É claro que todos os temas têm isso, mas a política é mais delicada. Por exemplo, tem muita gente que não quer falar, dependendo de qual seja o seu partido político. Então, às vezes, em municípios pequenos principalmente, imagine você ser de esquerda e entrevistar uma pessoa de direita. Ela já olha para você desconfiada. A política, por ser um tema marcado por disputas, marcado por paixões, isso dificulta em muitos momentos a pesquisa em história política. Muita gente não quis me falar sobre ARENA ou sobre o MDB. Muita gente não quer falar do integralismo, seja porque mudou de posição e tem vergonha ou acha que eu sou de uma posição diferente da deles, e é melhor não tocar no assunto, ou que eu vou deturpar o que ele vai

falar, ou então, por achar que isso pode ser uma estratégia do grupo político rival. Tudo isso dificulta, sem dúvida, a produção da história política. Mas, apesar desses fatores, penso que a maior dificuldade diz respeito às fontes. É claro que as redes sociais têm trazido importantes contribuições: os blogs, a própria fala das pessoas, podcasts, a produção de vídeos em escala geral, todo esse espaço das redes sociais tem aberto um leque de possibilidades de pesquisa que eu acho que é muito importante. Mas apesar disso, a gente ainda tem uma deficiência muito grande nos nossos acervos básicos dos partidos políticos. Lembro que o Rafael [Júnior], lá na pesquisa de mestrado dele, não conseguiu sequer achar a sede do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) em Fortaleza. Os partidos de esquerda não têm acervo de modo geral. Imaginem o que seria o acervo do PCB (Partido Comunista Brasileiro)? Numa pesquisa anterior sobre o Araguaia, minha orientanda não achou nada no acervo do Partido Comunista aqui no Ceará. No caso dos partidos de esquerda, até se justificam, pois guardar documento em regime de exceção era guardar prova da “subversão”. Isso era muito complicado num período de repressão. Mas nem os partidos de direita têm os seus acervos. Não se encontra registro da história dessas agremiações. Essa deficiência tem dificultado bastante o trabalho do historiador do político. Como eu já disse, os acervos de câmara são um material muito rico. Os projetos de lei são muito legais para você estudar a história urbana, por exemplo. Inclusive, a própria história política pode ser vista pelos projetos de lei; as atas de câmara são documentos preciosísimos, no caso dos partidos políticos.

Eu encontrei uma vez no acervo do Virgílio Távora no Arquivo Público do Ceará um discurso dele falando da dificuldade da ARENA do Ceará de ser partido do governo. Ele fazia uma análise de conjuntura brilhante, porque o Virgílio também era um intelectual, um cara que escrevia sobre a política. Imagine se a gente tivesse mais discursos desses impressos ou gravados nos nossos acervos para a gente analisar! O NUDOC¹⁹ fez um trabalho maravilhoso, tem um conjunto de entrevistas de lideranças políticas do Ceará, muitas delas, daqui da Zona Norte, que foi um material maravilhoso para eu entender esse

19 NUDOC – Núcleo de Documentação do curso de História da Universidade Federal do Ceará.

período da Ditadura e, principalmente, do bipartidarismo aqui em Sobral. Encontrei nessas entrevistas do NUDOC, falas de políticos, principalmente conservadores, que me chamaram atenção de algum modo. São materiais muito interessantes, que infelizmente ainda precisam estar organizados nesses acervos, vir a público, para que as pessoas tenham acesso a essas fontes, já que muita gente acha que a política é um tema perigoso e que não se deve falar disso para qualquer pesquisador. Além dessas dificuldades elencadas, há ainda muitos preconceitos com a política de modo geral. Muitas vezes as pessoas deixam de pesquisar esse tema porque acham que é um tema muito árido, um tema muito difícil e acabam também não se interessando.

TC: Professora, como dentro desse contexto polarizado que passamos na história do nosso país você pode perceber os limites e as possibilidades da história política no que se relaciona à comunicação dessas pesquisas sobre a da ditadura, sobretudo para além do ambiente acadêmico?

Edvanir Maia: Bom, sobre as possibilidades, o que a gente tem à vista, acho que é um campo aberto para se construir coisas novas. Reforço, acho que as redes sociais hoje são um caminho muito rico. Esse fato da política ter virado uma paixão nacional, de todo mundo querer falar de política, de todo mundo querer dar sua opinião sobre política, isso abre um campo muito rico. Imagine! Dá pra fazer uma pesquisa só com a opinião das pessoas sobre determinados episódios específicos da história do Brasil, por exemplo, nesses últimos anos. Vamos lá, como é que as pessoas se manifestaram nas redes sociais sobre, por exemplo, o impeachment da Dilma, em 2016? Esse é um campo aberto de possibilidades se a gente for usar as redes sociais pelas suas mais diversas plataformas. Por exemplo, os podcasts são acervos de áudio que mais na frente podem ser uma fonte preciosa para a gente usar, assim como o fato de muitas pessoas usarem essas redes sociais para publicar documentos antigos. É muito interessante essa possibilidade de acervo, de documentos acessíveis, democráticos, que estão aí, e que a gente consegue ter acesso, inclusive, as próprias bibliotecas já têm muito material digitalizado. Eu consigo pesquisar, por exemplo, o jornal *Correio da*

Semana aqui de Sobral, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, direto do computador. Acho que isso é uma possibilidade riquíssima. Além de todos esses eventos de história política que foram construídos, por exemplo, durante a pandemia, isso pode virar um tema de debate: quais foram os principais temas discutidos? Por que o revisionismo e o negacionismo acerca da ditadura? Esse contexto suscita muitas pesquisas daqui para a frente utilizando esse material que aparece nas redes sociais. Por mais que tenha esse limite de negação da própria história, temos um campo rico de discussão, de construção. E é esse o papel do conhecimento, refletir por que é que as coisas vão e voltam, por que a história é esse espiral: quando a gente pensa que segue numa linha reta, que os tempos difíceis já passaram, que determinadas práticas não vão se repetir, elas estão aí de volta. Muitas vezes, depois de um momento crescente de democracia, de avanços dos direitos humanos, da igualdade etc., você tem esses recuos. E quais são os limites? Um deles são as fake news. As fake news vão dar mais trabalho do que os documentos que nós tínhamos nos acervos. Identificar a objetividade do documento passava por entender quem escreveu aquele discurso e em que contexto escreveu, já com as fake news é muito mais complexo. Elas são uma construção proposital de um discurso mentiroso, por isso trará mais dificuldade à análise documental, além da quantidade exponencial de informação. Esses são alguns dos limites dessa nova categoria de documentação.

Por mais que tenha esse limite de negação da própria história, temos um campo rico de discussão, de construção. E é esse o papel do conhecimento, refletir por que é que as coisas vão e voltam, por que a história é esse espiral: quando a gente pensa que segue numa linha reta, que os tempos difíceis já passaram, que determinadas práticas não vão se repetir, elas estão aí de volta.

Outro limite é o apolitismo, o não reconhecimento de que somos todos seres políticos. Porque apesar das pessoas participarem mais da política, ainda permanece muito forte a ideia de que política é uma coisa ruim; de que o político razoável ainda é o do meu partido, ou do meu grupo, todos os outros são corruptos, todos os outros são danosos à vida desse país; a ideia de que quem faz

política são os outros; de que quando publico minha opinião numa rede social, comento uma postagem no Facebook, compartilho uma mensagem no WhatsApp, não estou fazendo política, não estou participando, não estou tomando partido. Tudo isso são limites ao conhecimento histórico e ao amadurecimento da nossa democracia. Esses preconceitos alimentam a ideia de que política é coisa de alguns, que a solução para os nossos problemas é tarefa dos outros, dos que estão acima de nós, de que o que a gente faz no cotidiano não interfere, não constrói, não resolve. Nessa perspectiva, mesmo quem tem esperança no mundo novo, muitas vezes, ainda espera por um salvador da pátria. Essa concepção acaba por alimentar, suscitar o aparecimento de figuras exóticas, de falsos heróis, como os que a gente tem visto hoje. Penso que o governo Bolsonaro é fruto desse pensamento. Nunca se viu coisa tão estranha na história democrática desse país. Na história dos governos democráticos, ninguém esperava por uma coisa assim. Tanto pela falta de equilíbrio na postura, como pelo regresso conservador. Essa seleção de ministros que compõem o governo hoje é uma coisa impensável. E o mais grave é que não há indício de que vai cair; outros governos caíram por muito menos. É realmente uma experiência excepcional. Enfim, esse “novo” tempo também traz muitas limitações que requerem mais cuidado, mais atenção de nós pesquisadores da política e da ditadura, um tema que nunca sai de pauta; parece que a ditadura de 1964 é um tema conhecido antes mesmo de se chegar à instituição escolar.

TC: Professora, ao observar o percurso teórico metodológico que você toma na sua pesquisa durante a sua trajetória como historiadora do político, eu percebo que alguns elementos têm alguma pertinência que vão lhe direcionando a novas maneiras de trabalhar esse seu objeto de pesquisa. Como é que se deu esse processo de apropriação do conceito de cultura política na sua

Nessa perspectiva, mesmo quem tem esperança no mundo novo, muitas vezes, ainda espera por um salvador da pátria. Essa concepção acaba por alimentar, suscitar o aparecimento de figuras exóticas, de falsos heróis, como os que a gente tem visto hoje. Penso que o governo Bolsonaro é fruto desse pensamento.

pesquisa e em que medida esse conceito lhe ajudou a lançar novos olhares sobre esse objeto de pesquisa?

Edvanir Maia: Eu estava refletindo sobre isso na última conversa que nós tivemos com o professor Rodrigo Patto, e aí eu reli algumas obras dele, em que ele constrói com muita propriedade essa questão do conceito de cultura política, e pensei como, de algum modo, esse conceito percorre toda a minha trajetória de pesquisa. No trabalho sobre Jaguaribara, essas questões já me apareciam. As ambiguidades na história eram muito evidentes. O que é o caso de Jaguaribara? Havia uma luta dos moradores contra a barragem do Castanhão porque a barragem ia inundar totalmente a cidade de Jaguaribara, uma cidade de mais ou menos sete mil habitantes. Eles deveriam ser levados para um outro espaço e construir uma nova cidade. Entretanto, uma barragem desse porte, o Castanhão é o maior açude do país, desalojaria toda a população da cidade e não havia uma garantia concreta de que o Estado ia dar condições para essas pessoas em uma nova cidade. Havia uma promessa, mas em vários outros estados, onde barragens desse porte foram construídas, na prática, os governos abandonaram as populações à própria sorte. E aí a população estava travando uma luta contra a construção daquela barragem, que tem início em 1996. Ainda na monografia, percebia que na luta de Jaguaribara havia uma ambiguidade, ao mesmo tempo em que essa população se dizia contra o Castanhão, abria uma brecha para negociação: *“Ah, mas não poderia ser de outro jeito, não dá para fazer barragens menores?”* Então, uma série de outras alternativas foram buscadas para que a barragem fosse construída, mas que a cidade não fosse deslocada. Nesse sentido, o conceito de resistência não dava conta de explicar aquela história de disputas, mas na graduação, eu não tinha maturidade para explorar o conceito de cultura política, e principalmente, esse conceito de acomodação, para reconhecer essa ambiguidade como um caminho plausível para se entender aquele contexto. Minha análise limitou-se, portanto, à dicotomia de vencidos e vencedores. Mas eu estendi esse tema para o Mestrado na UNESP²⁰. Lá participei de grupo de pesquisa sobre a República,

20 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Franca.

e as leituras me ajudaram na compreensão dessas ambiguidades. Teóricos da História da cultura, da Sociologia e da Antropologia²¹ foram fundamentais para eu entender essa ambiguidade da luta dos moradores. Havia uma resistência, mas era uma “resistência conformada”. Esse era um conceito desenvolvido pela filósofa Marilena Chauí, na obra *“Resistência e conformismo”*,²² onde ela afirma que o conformismo era usado, muitas vezes, nos diversos grupos, nas diversas lutas como um instrumento de resistência. Ela dizia: *“resistência ao se conformar, conformismo ao resistir”*. Assim, de algum modo, esse conceito de acomodação que está muito presente na cultura política, era esse instrumento, mas eu não conhecia ainda. Posso afirmar, então, que no mestrado a história cultural iluminou a minha compreensão, porque eu via na cultura um elemento fundamental para entender aquela postura de Jaguaribara, e foi o que aconteceu. E aí, o quê que eu consegui concluir disso? Ao mesmo tempo que a população dizia: *“Nós somos contra a barragem”*, elencavam uma série de condições para caso ela fosse inevitável: *“Olha, mas se o governo trazer a barragem de qualquer forma, passar por cima da nossa vontade, a gente quer que seja construída uma nova cidade, para todo mundo ir morar na mesma cidade; que faça uma estrada que dê acesso da barragem até a nova cidade; que sejam criadas novas fontes de renda etc., etc.”*, entendeu? Portanto, era uma resistência que abria espaço para negociação. E a que conclusão eu cheguei na minha dissertação? Isso acontecia porque há no nordestino, no sertanejo, uma cultura muito forte de que a água é a salvação do sertão. Soava insano ser contra uma barragem no sertão porque o argumento do poder público, na época, do Fernando Henrique,²³ do Tasso Jereissati²⁴ era esse: *“Água pro sertão. O sertão vai ao mar.”* Tudo isso alimentava as ambiguidades na luta contra a barragem.

21 BALANDIER, G. **O poder em cena**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. (Coleção Pensamento Político, 46)

22 CHAUI, M. **Conformismo e resistência** – aspectos da cultura popular no Brasil. 5ª edição. Brasília: Editora Brasiliense, 1993.

23 Fernando Henrique Cardoso foi presidente da República entre 1995 e 2003.

24 Tasso Ribeiro Jereissati foi governador do Ceará no período de 1987-1991 e 1995 e 2002.

As obras de Linh Hunt,²⁵ Sandra Jathay Pesavento,²⁶ Marshall Berman²⁷ e Walter Benjamin²⁸ foram muito importantes para o entendimento daquelas práticas políticas, elas me diziam que eu tinha que conectá-las com a cultura. Ao mesmo tempo que temiam perder a sua cidade, na sua luta política, os moradores cediam, negociavam, se acomodavam, para usar esse conceito do Rodrigo Patto,²⁹ porque no fundo havia essa cultura de que a água era a salvação do sertão. E é a partir daí que eu vou amadurecendo esse conceito de cultura política que eu ainda não chamava assim.

Foi somente a partir do Doutorado, na UERJ,³⁰ que também tem como área de concentração História e Cultura Política, que eu incorporei os referenciais da Nova História Política, que hoje eu exploro no trabalho com os orientandos e no grupo de estudo. Foram fundamentais as obras de François Sirinelli, o René Rémond,³¹ as obras do Rodrigo Patto Sá Motta, entre outros. Reconheço como um dos maiores pesquisadores dessa temática da cultura política, hoje, no Brasil republicano, o historiador Rodrigo Patto.³² Acho uma contribuição muito importante, porque ele aprofunda essa discussão resistência *versus* conformismo. Ele propõe a adesão, a resistência e a acomodação, que seria esse meio caminho, que não é necessariamente a ausência de resistência. A acomodação é muito mais complexa. Aí, eu aproveito para trazer aqui a minha crítica a essa leitura de que a colaboração civil à ditadura meio que nega a resistência. Eu acho que a gente tem que ter muito cuidado. Às vezes, nesse discurso de que a colaboração civil foi fundamental para a permanência da ditadura, às vezes, as pessoas exageram e chegam a dizer que não houve resistência.

25 HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

26 PESAVENTO, S. J. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

27 BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

28 BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985 (Obras escolhidas 1)

29 MOTTA, R. P. S. **As Universidades e o regime militar** – cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

30 Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

31 REMOND, R. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV Editora, 2003.

32 MOTTA, R. P. S. **Desafios e possibilidades na apropriação da cultura política pela historiografia**: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

Eu discordo. Eu acho que as três coisas precisam ser elencadas. Por exemplo, no caso do bipartidarismo que eu analiso, as três coisas aparecem, você tem a *adesão*. Claramente o cara diz: “*Eu sou da ARENA, eu apoio a ditadura, eu defendo esse pensamento.*” Você tem a *resistência*, aquele que compra briga, “*não sou da ARENA nem do MDB porque acho que não me representam*” etc., e é perseguido. Como tem a *acomodação*, aquele sujeito que mesmo reconhecendo no MDB um partido moderado, pondera que em alguns momentos, como em meados da década de 1970, quando o partido avança nas conquistas eleitorais e assume uma postura mais agressiva contra o regime, vale a pena uma aproximação, ocupar os espaços institucionais na luta política, como fez o PCB na maior parte do tempo. Então, essa *acomodação* é muito mais complexa do que dizer que o cara aderiu, apoiou ou se aliou ao regime. Penso que realmente esses três elementos são fundamentais para a gente entender a política hoje, e eu acho que consegui amadurecer ao longo da minha carreira, elegendo a cultura política como um conceito fundamental para a compreensão desses paradoxos, porque eles têm uma raiz mais profunda.

Ao longo da história da República, podemos identificar pelo menos três culturas políticas diferentes muito evidentes. A cultura do coronelismo, marcada pela pessoalidade, pelo lealdade e pela violência que vigorou na Primeira República, estendendo-se até 1930, 1940 em algumas regiões; de 1950 até 1970 mais ou menos, vigorou o clientelismo e o assistencialismo, que embora ainda estejam muito presentes nas práticas políticas atuais, têm um perfil diferente do que foi o voto mercadoria dos anos 1980, que seria uma terceira fase, um momento mais racional, em que os laços pessoais dão lugar à impessoalidade do negócio. Portanto, esses são momentos indicativos de culturas políticas diferentes. É por isso que a cultura é tão importante, porque ela nos ajuda a entender o elemento mais profundo, a raiz daquele pensamento, daquelas práticas. Como explicar, por exemplo, o regresso conservador que nós temos vivido a partir de 2015? Eu, pessoalmente, não achei uma resposta para isso ainda. Acho que precisamos de tempo para amadurecer, mas daqui a alguns anos nós vamos entender que essa é uma cultura política específica, peculiar que tem um conjunto de elementos de fundo que

explicam o porquê, já que não foi só no Brasil, mas em vários lugares do mundo, que houve ascensão desses grupos conservadores. Enfim, foi esse o caminho que eu segui para chegar nesse conceito de cultura política que eu tenho usado hoje.



Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT,
em e-book formato pdf, com 244 páginas
Março de 2021

**Saiba como adquirir o livro
completo no site da SertãoCult**

www.editorasertaocult.com

Editora

**SER
TÃO
CULT**

Série
Território
Científico



Em 2021, 57 anos nos separam do início de um dos períodos mais sombrios da História brasileira. Apesar de mais de meio século ter se passado, nunca a ditadura civil militar esteve tão presente em nossas vidas, com a nova ascensão de uma ideologia política que apela para o extremismo nos moldes fascistas. Parece anacronismo, mas não há termo melhor para definir um grupo político que defende posicionamentos contrários à democracia, aos direitos básicos dos cidadãos, à existência de minorias, segundo o qual deve “se curvar ante a maioria”.

Em nenhum momento se produziu tanto conhecimento sobre a ditadura, felizmente, na maioria dos casos, conhecimento sério, embasado em fatos, em pesquisa, em reflexões coerentes. Em meio ao turbilhão negacionista e anticientífico, o trabalho dos onze entrevistados neste livro se mostra fundamental, pois produzir ciência nos dias atuais é, sim, um ato de resistência. Diante disso, nada melhor do que iniciarmos a série Território Científico com este tema tão atual e tão fundamental, afinal, a História, com agá maiúsculo, mais do que nos ajudar a registrar quem nós somos como povo, nos obriga a lembrar daquilo que preferiríamos esquecer, mas que não podemos, se quisermos preservar nossa humanidade.

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Marco Antonio Machado

Coordenadores da Série Território Científico

ISBN 978-658742990-8



9 786587 429908